

JAIME NOGUEIRA PINTO

HEGEMONIA

7 DUELOS PELO PODER GLOBAL

Com a colaboração de
Inês Pinto Basto

CRÍTICA

ÍNDICE

Introdução	11
I O PRIMEIRO DUELO – ESPARTA CONTRA ATENAS	17
Obsessão securitária, disciplina espartana e laconismo	17
Atenas: a tragédia e o debate ético	22
O ideário ateniense contra o espartano	32
O medo, o ouro e a glória	34
A contagem das armas e dos aliados	34
A primeira guerra	35
Depois da trégua	37
O factor humano	38
A verdadeira causa	40
Continentais contra marítimos	43
A última manhã	46
O que fica do que passa	47
II O SEGUNDO DUELO – ROMA CONTRA CARTAGO	49
<i>Ubi bene, ibi patria</i>	49
Roma e Rómulo	51
As razões da expansão	53
A primeira guerra	54
A revolta dos mercenários	56
A vingança de Amílcar	57
Aníbal	58
Pretexto, princípio e causa	61
Canas	63
Aníbal à porta	64

Cipião e a nova arma de guerra	66
<i>Delenda est Carthago</i>	68
O primeiro genocídio da História	68
No fim do duelo, a hegemonia	69
III O TERCEIRO DUELO – OS TRÊS COMBATES DO IMPERADOR	71
<i>Anno Domini</i>	71
Os retratos do imperador	75
Entre a Idade Média e o Renascimento	79
Os três inimigos de Carlos V	82
O inimigo número 1	84
As guerras de Itália	87
A eleição do imperador	89
Contra Lutero e os protestantes	95
O medo do Turco sanguinário	102
Os duelos do imperador	109
IV O QUARTO DUELO – FRANÇA CONTRA INGLATERRA	113
Voltaire e os tiranos	113
O grande poder e o poder ascendente	115
A guerra pelo Novo Mundo	120
O despertar da Prússia	123
Uma guerra e duas revoluções	127
Razões e contradições de uma intervenção	131
A guerra na América	136
Efeitos colaterais: a revolução em França	140
A reacção inglesa	143
Bonaparte: o homem do momento	151
A alma do mundo	152
A derrota que veio do mar	158
O duelo franco-britânico	161
V O QUINTO DUELO – A ALEMANHA CONTRA TODOS	167
Fichte e os discursos à nação alemã	168
As reformas militares da Prússia	170
Depois de Napoleão	174
Bismarck	175
As guerras da unificação	177
O novo Reich	180
A Alemanha de Bismarck	181

O socialismo alemão.	182
O sistema internacional de Bismarck.	186
A aurora e o crepúsculo dos génios.	187
Bismarck, Nietzsche, a Alemanha.	193
O fim de Bismarck.	195
A caminho da guerra.	198
A Grande Guerra.	201
Weimar: a guerra civil alemã.	207
Mussolini e o fascismo italiano.	209
A ascensão de um pequeno partido.	214
Radicalização.	218
O <i>Führer</i>	223
Na Guerra de Espanha.	224
A reconstituição da Alemanha.	226
Hitler: causa ou consequência?	229
A Alemanha contra todos.	243
VI O SEXTO DUELO – A AMÉRICA CONTRA A RÚSSIA	247
Orwell e a bomba atómica.	247
Estaline e a URSS – pensamento e realidade.	251
A Cortina de Ferro que dividia a Europa.	258
<i>From Russia, with wisdom</i> – o «Longo Telegrama» de G. F. Kennan	259
A Doutrina Truman.	262
A Guerra Civil Grega.	263
A primeira contenção – Itália, França, Alemanha.	268
A bomba, a China e a Coreia.	273
A morte de Estaline e o degelo.	274
O fim do «imperialismo europeu».	277
Budapeste: a repressão depois de Estaline.	279
As guerras quentes.	281
À beira do abismo – a crise de Cuba de 1962.	283
A era Brejnev.	287
A Guerra Fria cultural: do outro lado do muro.	290
A Guerra Fria cultural: Dallas em Moscovo.	296
A surpresa do fim.	301
A Guerra das Estrelas.	314
A queda final.	318
A América contra a Rússia.	323

VII O ÚLTIMO DUELO – A AMÉRICA CONTRA A CHINA	329
As quatro eras de Xi	329
O Grande Salto em Frente	331
A Revolução Cultural	336
Duelo pela liderança comunista global	339
Um americano em Pequim.	342
Estilhaços de um escândalo americano	347
Mao contra Chu	350
O fim do Bando dos Quatro.	352
Mao: os dias do fim.	354
As Quatro Modernizações de Deng.	356
A verdade sobre o massacre de Tiananmen	366
Um país, dois sistemas: Hong Kong e Macau	371
Liberalização económica sem liberalização política	373
Do crédito à vigilância total.	375
O sonho do imperador.	378
A caça aos tigres	379
Bo Xilai	380
Zhou Yongkang.	382
O general Xu	384
Os gangues provinciais	384
Jack Ma – o bilionário que falava demais	386
O crédito social.	389
A China no mundo.	390
Obama e a China.	395
O furacão Trump	399
O fim da «liderança colectiva»	403
Reacções americanas.	406
O sétimo duelo	409
Brutalidade, agilidade e desenvolvimento económico	414
A China não é a União Soviética	417
O último imperador	424
Notas finais	431
Bibliografia essencial.	447
Índice onomástico.	450

INTRODUÇÃO

Há uma linhagem de grandes duelos pela hegemonia mundial. E se, ao longo de 2500 anos, o mundo ou o espaço mundial se foi expandindo e variando, foram-se repetindo algumas constantes – nas causas primeiras e profundas dos conflitos, nos motivos dos protagonistas, na captação e mobilização de aliados, na escolha do tempo e do modo de defesa e ataque.

Na Guerra do Peloponeso, Atenas e Esparta discutiram a hegemonia no mundo grego, que era o seu mundo; dois séculos depois, Roma e Cartago lutaram pelo poder global no Mediterrâneo; 1700 anos mais tarde, Carlos V bateu-se pela primazia na Europa de Quinhentos, contra Franceses, protestantes e Turcos; França e Grã-Bretanha combateram-se no Velho Continente e nas colónias no século XVIII; e a Alemanha, poder tardio e perturbador, atacou e defendeu-se de todos, até 1945.

Depois, com as armas nucleares e a sua difusão, a guerra pelo fogo e pelo ferro, a guerra directa, com o risco de destruição total que implicava, deixou de ser viável. Assim, também com um combate ideológico e cultural pela hegemonia, a guerra entre os Estados Unidos e a União Soviética foi uma Guerra Fria, indirecta.

Em todas estas guerras, frias ou quentes, sob o manto da geopolítica dos interesses e da luta pela hegemonia, estiveram sempre os móveis primeiros da acção humana: o medo, a glória e a cobiça dos chefes e dos povos.

E ainda que a luta pela hegemonia tenha uma dimensão comunitária e se faça também de ideais – justiça, liberdade, igualdade, independência, prosperidade –, acaba por ser um mecanismo com qualquer coisa de instintual, de animal, e são muitas vezes os homens que mobilizam as massas ou comandam os Estados ou as cidades-Estado nestes duelos que os determinam. Péricles, Alcibíades, Aníbal, Cipião, Carlos de Habsburgo, Francisco de Valois, Luís XIV, Luís XV, Pitt, Napoleão, Wellington, Bismarck, Guilherme II, Hitler, Estaline, Eisenhower, Kruschchev, Kennedy, Brejnev, Mao, Nixon, Reagan, Gorbachev e as suas razões e paixões comandaram, por um tempo, «a marcha deste mundo».

Agora, entre os rumores sobre a origem de uma pandemia que se tornou verdadeiramente global e mundial, novos duelistas tomam posição. Os Estados Unidos e a República Popular da China repetem hoje um ritual ensaiado na Grécia há 2500 anos.

Mas haverá aqui, como em Tucídides, uma predestinação para a guerra? Uma força a que os dois poderes em competição não podem ou não querem escapar?

Há dois historiadores da Antiguidade Clássica capazes de se aproximarem de nós, como se não nos separassem mais de dois milénios: o grego Tucídides e o romano Tácito. Fazem-no de modo exemplar, sem pretensões moralizantes ou pedagógicas, numa narrativa serena mas empolgante, realista e épica, marcada pela procura da verdade e por um profundo entendimento dos homens, das cidades e das paixões dos homens.

Tucídides foi proscrito pelos seus concidadãos por uma má decisão estratégica. Mas, passado à reserva compulsiva, pôde escrever a história da grande guerra civil entre os gregos, o primeiro destes sete duelos. E é nessa descrição, na discussão das causas da guerra, que Tucídides aponta como verdadeira causa, verdadeira e oculta, o medo de Esparta perante a ascensão de Atenas.

Em grego há dois «medos», *déos* e *phobos*, e Tucídides usa-os distintamente na sua *História da Guerra do Peloponeso*: *déos* é a apreensão que cai sobre os homens antes da batalha; *phobos*, o medo emotivo que os invade durante a batalha. Na definição de Jacqueline de Romilly,

um é mais racional e prospectivo e o outro mais físico e presente, ou seja, *déos* corresponde a um «medo de ordem intelectual e implica um cálculo em relação ao futuro e a consequente tomada de medidas», e *phobos* ao «medo emotivo e irracional que, de repente, se apodera da alma e do corpo».

No *Cosmos Hellenicus*, confrontados com a ascensão de Atenas, com as alianças de Atenas, com o império e o imperialismo de Atenas, os Espartanos, vivendo já em vigilância – rodeados de servos, os hilotas, na proporção de sete para um –, multiplicaram os temores perante a ameaça da expansão dos Atenienses. E foram para a guerra.

Nestas idades e sociedades pré-constitucionais e pré-democráticas, os sentimentos, as percepções e as decisões dos chefes, reis ou caudilhos, ou das oligarquias governantes, eram determinantes. A partir do século XIX, quando a legitimidade passa a vir do povo, entram em jogo outros factores.

Na Alemanha pós-Grande Guerra, o confronto já também se dava e temia no interior das sociedades. Havia o medo concreto e próximo dos espartaquistas e dos comunistas, mas também a ameaça mais geral que a União Soviética constituía para a Alemanha e para a Europa. Hitler identificou e explorou estes medos, com sucesso popular.

Uma guerra mundial, começada na Europa em 1939 como guerra tradicional e acabando no mundo como guerra ideológica, trouxe um novo *hegemon*, um novo poder incumbente – os Estados Unidos – e um novo *challenger*, um novo poder desafiante – a União Soviética.

O duelo entre os Estados Unidos e a União Soviética resultou numa longa Guerra Fria, uma guerra indirecta entre a grande potência vencedora no Atlântico e no Pacífico, uma República constitucional, comercial e marítima, e um Estado socialista totalitário e policial com uma vocação de expansão ideológica e territorial, entre o messianismo comunista e a herança da Rússia dos czares.

Nos Estados Unidos dos anos 50, a percepção do perigo estava ligada à detonação da primeira bomba atómica soviética em 1949, cujo fabrico fora facilitado pelos Rosenberg, Julius e Ethel, que tinham passado segredos atómicos a Moscovo. E que pagaram por isso na cadeira eléctrica.

Tal como no primeiro destes sete duelos pela hegemonia, neste último, o medo, o ouro e a glória, os tucidianos motores da acção humana, a par de outros impulsos, razões, ideais e retóricas, continuam a assumir um papel central. Estão em jogo espaços comerciais, influências políticas, recursos económicos, corridas tecnológicas e a disputa de alianças diplomáticas e militares na Europa, na África, na Ásia, nas Américas do Centro e do Sul. E contam também os valores sociais em confronto: a liberdade e o individualismo de uns contra o monopartidarismo e o securitarismo de outros; ou o risco de perder a honra ou a face, de acordo com os padrões culturais e políticos de cada um dos contendores.

Os elementos essenciais da rivalidade entre Washington e Pequim são de fundo e não foram, por isso, afectados pelas mudanças na presidência americana. E na China parece também não haver mudanças substanciais, além da consolidação do poder do presidente Xi Jinping, que, de *primus inter pares*, se transformou em presidente vitalício quando, em 2018, o Congresso Nacional do Povo votou a abolição da regra que limitava o poder dos líderes a dois mandatos.

Xi tornou-se «o primeiro homem da China», como Péricles fora, para Tucídides, «o primeiro homem de Atenas».

Será a *História da Guerra do Peloponeso* uma crónica ultrapassada de paixões e ambições que já não move os homens e os povos; ou, como queria Tucídides, um «tesouro válido para sempre», uma experiência útil para a guerra e para a paz?

Curiosamente, em 2015, Xi e Obama discutiram a actualidade do historiador ateniense. Para o presidente da RPC, a América e a China não teriam necessariamente de cair na «armadilha de Tucídides», bastando que, para tal, Americanos e Chineses usassem de prudência e respeitassem os interesses vitais um do outro.

Fora o medo – e a pressão de alguns aliados de Esparta, também alarmados com a progressão do domínio de Atenas – que encaminhara para a guerra a sociedade conservadora e militarizada de Esparta, pouco dada a aventuras. E, como em muitos outros conflitos, o rastilho que desencadeara as hostilidades fora um choque entre aliados menores ou

periféricos. Ou seja, um poder hegemónico, desafiado expressa ou tacitamente por um concorrente, escolhia por antecipação o conflito armado, numa situação em que o rival e potencial inimigo estava ainda em ascensão. Era esta a «armadilha de Tucídides» que, para o presidente da RPC, a América e a China deveriam evitar.

Mesmo tendo presentes as advertências de Nietzsche sobre o uso e o abuso da História e sobre a sua inutilidade e utilidade para a vida, não me parece inútil nem abusivo partir da Guerra do Peloponeso e percorrer outros confrontos históricos pelo poder global para chegar ao duelo que promete dominar o futuro próximo – um duelo pelo poder em que, mais uma vez, se cruzam os interesses e as forças vitais que sempre comandam a guerra e a paz.

I

O PRIMEIRO DUELO

ESPARTA CONTRA ATENAS

Esparta e Atenas são nomes simbólicos, sedutores, quase mágicos, que ainda hoje nos trazem à memória uma guerra civil de quase trinta anos (431-404 a. C.) entre duas cidades-Estado da antiga Grécia. E o confronto entre elas foi também um duelo civilizacional, uma guerra de *ethos*, de espírito, de valores, de diferenças de carácter e de organização política e social, ou uma luta entre o que eram, para Tucídides, duas formas diferentes de «exprimir a natureza humana»¹.

A Guerra do Peloponeso acabou com a derrota de Atenas, em 404. Mas a hegemonia de Esparta não duraria muito. Trinta e três anos volvidos, em 371, os Espartanos seriam derrotados na batalha de Leuctra pelos Tebanos de Pelópidas. E outros trinta anos depois também os Tebanos seriam vencidos e Tebas tomada e arrasada pelos Macedónios de Alexandre, que unificaria a Grécia e as cidades-Estado livres da Grécia através da Liga de Corinto. Das grandes cidades só Esparta ficaria de fora desse quase domínio.

Obsessão securitária, disciplina espartana e laconismo

Os Espartanos não eram dados à literatura nem à filosofia e, por isso, o que sabemos de Esparta é o que dela dizem outros gregos – historiadores, pensadores políticos e dramaturgos, como Heródoto,

Xenofonte, Platão, Aristóteles, Ésquilo. E o que nos dizem é que era uma sociedade fundamentada numa constituição não escrita, sintetizada ou ditada pelo mítico rei Licurgo. Mas para os historiadores antigos Heródoto e Xenofonte, Licurgo não era um rei mítico, existiu de facto; e Plutarco chegou até a biografá-lo nas suas *Vidas Ilustres*.

Embora a maioria dos historiadores contemporâneos ponha em causa a existência do rei, não restam dúvidas de que no século VII a. C. houve um levantamento dos habitantes de Messénia, reduzidos à condição de servos pelos senhores espartanos. Esta revolta dos Messénios foi chefiada por um tal Aristómenes, que foi vencido; mas parte dos seus partidários fugiu para a Sicília, onde fundou Messina. Foi nessa altura que se consolidou um sistema que, diziam os historiadores antigos, vinha já dos conquistadores dórios que ocuparam o Peloponeso, por volta do século X a. C.: subjugar os locais e depois alargar progressivamente o domínio. Licurgo foi o legislador dessa Esparta primitiva, idealizada.

E porque eram poucos, comparados com os indígenas (numa razão de um para sete), os Espartanos organizaram Esparta centrados na segurança interna. A estrutura político-social era tripartida, dividida em classes ou castas. No topo estavam os Espartanos, descendentes do primitivo núcleo conquistador. Os Espartanos eram, antes de mais, soldados, guerreiros, combatentes. Através de um duríssimo processo de formação e educação, que começava aos sete anos, eram treinados para a defesa da cidade e dos seus privilégios na cidade. O processo deixava marcas e deixou até um adjectivo para a posteridade. A *agoge*, ou educação espartana, além da preparação física, incluía poesia, música e algumas noções de política. Os Espartanos, os cidadãos, eram os únicos que tinham direitos políticos e que participavam nas decisões políticas. Logo abaixo dos Espartanos, com direitos civis mas sem direitos políticos, estavam os periecos, uma espécie de classe intermédia entre os senhores (Espartanos) e os servos (hilotas). Os periecos, que eram estrangeiros e descendentes dos estrangeiros que se tinham estabelecido em áreas dominadas por Esparta, podiam possuir terras, estabelecer-se como comerciantes, mediar as comunicações entre Esparta e o exterior; e como pagavam impostos podiam até, em

determinadas circunstâncias, servir no Exército. No fim da escala social estavam os hilotas, algures entre os escravos antigos e os servos da gleba medievais, que cultivavam a terra e não tinham qualquer espécie de privilégios².

As primitivas leis de Esparta, obra de Licurgo e de outros legisladores, eram inspiradas por uma ética etnocêntrica, de defesa do grupo ou da tribo, em que a guerra e as virtudes guerreiras estavam no topo da escala de valores e inspiravam a moral social. Daí uma cultura voltada para a selecção física e para a preservação e o apuramento da raça, com uma dura preparação militar e os desportos que, subsidiariamente, pudessem contribuir para esse fim.

A eugenia era, por isso, parte integrante dos princípios do Estado espartano: as crianças fracas à nascença eram inspeccionadas pela Gerúsia e abandonadas pelas mães no monte Taígeto; se sobrevivessem podiam ser soldados. O sistema político tinha no topo dois reis; seguia-se, com funções legislativas, a Gerúsia, um conselho de 30 anciãos com mais de 60 anos, e uma assembleia, a Apela, constituída por todos os cidadãos com mais de 30 anos, que elegia os membros da Gerúsia e os membros do poder executivo – cinco éforos, eleitos por um ano.

As mulheres de Esparta tinham uma maior representação política do que as das outras cidades-Estado gregas, incluindo Atenas, cujas «pequenas Helenas», conforme as imaginaria mais tarde Chico Buarque em *Mulheres de Atenas*, se limitariam a tecer «longos bordados quando os maridos embarcavam, soldados», e viveriam resignadamente uma menoridade feita de «duras penas». E ainda que o longo bordado de Penélope, a que Chico Buarque alude, não seja um sinal de menoridade feminina ateniense mas antes de astúcia e de ardilosa luta pelo poder no reino de Ítaca recriado por Homero, em Atenas as mulheres tinham, objectivamente, menos direitos do que em Esparta.

Mas em Esparta as mulheres tinham o dever principal de casar cedo para produzirem filhos saudáveis e prontos para a guerra. Os rapazes, aos sete anos, deixavam a família e começavam a educação militar. Vivendo sobre uma camada de explorados muito mais numerosos do que eles, explorados esses que por vezes se revoltavam, os Espartanos

desenvolveram uma estrutura político-social securitária e militarizada e mantiveram o mesmo modelo político, ganhando a hegemonia no Peloponeso, em princípios do século v a. C., quando seriam por volta de oito mil.

Por isso, a tradição poética e musical que se afirmou na Esparta do século VII a. C., com Alcman e Tyrtaíus, era previsivelmente bélica, destinando-se a poesia, geralmente acompanhada por flautas, a festivais e marchas militares.

Plutarco dá uma imagem da ascensão e queda de Esparta, de «cidade idealizada», na época de Licurgo, a cidade «decadente e corrompida pela ambição de riquezas e poder», nos momentos finais da sua história³. Mas apesar da organização e da cultura securitária, para os velhos espartanos, o carácter, a honra e a virtude eram o mais importante. Não confiavam nos filósofos nem nos intelectuais – para os Espartanos, a sabedoria devia manifestar-se nas acções e na vida.

O sentido de honra, e da fama ou glória que a honra traz, reflecte-se em vários episódios da narrativa espartana: o rei Ágis foi aconselhado a conduzir um ataque a uma cidade inimiga, tendo como guia um trãnsfuga, um habitante dessa cidade. Ágis recusou-se a conduzir a operação: «Como posso confiar as vidas de tantos jovens a um homem que está a trair a sua própria terra?» Laconismo vem de Lacónia, a região do Peloponeso onde ficava Esparta, e austeridade, sobriedade, autodisciplina e parcimónia nas palavras eram virtudes prezadas e cultivadas. Outra história repetida sobre o rei espartano Cleómenes conta que o rei, depois de ouvir um longo discurso de um embaixador estrangeiro, lhe terá dito: «Não me lembro do que disseste no princípio, por isso não percebi o que disseste no meio, e assim não posso concordar com a tua conclusão.»

Mas a constituição aristocrática de Esparta e a ética de sobriedade e respeito pela autoridade dos Peloponésios, vistas com desconfiança por muitos dos pensadores e dramaturgos atenienses, tinham, apesar de tudo, admiradores e partidários – em Esparta e fora de Esparta.

Segundo Platão, que nas *Leis* também se confessa adepto de um regime aristocrático, mais próximo de Esparta do que da democracia

ateniense, um dos gregos não-espartanos que admirava Esparta era Sócrates (Platão, *Republica*, VIII). Também Aristóteles, apesar de hostil ao militarismo espartano, reconhecia que a educação de Esparta era a que se mostrava mais capaz de produzir cidadãos virtuosos e obedientes; e em Xenofonte, que escreveu uma laudatória *Constituição dos Lacedemónios* e que lutou por Esparta contra Atenas, há uma idealização das instituições de Esparta, como alternativa à força corruptora do comércio e do dinheiro. Mas persiste em todos a ideia de que as virtudes espartanas implicavam certos vícios e custos redibitórios e que os Espartanos eram rústicos, bisonhos e ingénuos.

Nietzsche, capaz dos últimos desafios aos princípios estabelecidos e crítico da tradição do racionalismo europeu, era «veementemente antiplatónico» e preferia Xenofonte e o seu realismo pré-maquiviático ao idealismo de Platão – idealismo ou platonismo que o filósofo de *A Origem da Tragédia* considerava uma falsificação, uma «nobre mentira», um mito para a praça pública, mito esse co-responsável pelo «desastre histórico» que seria a cristandade⁴. Para Nietzsche, Platão queria proteger a filosofia da perseguição política mas também torná-la influente na política. Sobre Esparta e os Lacedemónios, Nietzsche só escreveu umas linhas pouco simpáticas nas suas *Considerações Inactuais*:

As actividades dos Espartanos consistiam em festivais colectivos, caça e guerra e o seu quotidiano era muito duro... Esparta não passava de uma caricatura de *polis* e uma corruptela da Hélade. E olhando a educação do perfeito espartano podemos perguntar-nos – o que era assim tão importante que justificasse um Estado tão brutal?⁵

Apesar do seu desprezo pela igualdade, pelas massas, pela democracia, Nietzsche ocupa-se mais de Atenas do que de Esparta. Dos atenienses, admira, acima de todos, Tucídides. Escrevendo sobre a cultura ateniense, «a cultura que teve o seu poeta em Sófocles, em Péricles o seu estadista, em Hipócrates o seu médico, em Demócrito o seu filósofo», Nietzsche destaca Tucídides pela sua «coragem perante a

realidade», bem como pelo seu «controlo das coisas» e «autocontrolo». E escreve no *Crepúsculo dos Ídolos*:

Coragem perante a realidade é o que distingue caracteres como os de Tucídides e Platão: Platão é um medroso perante a realidade – e consequentemente foge para o ideal; Tucídides controla-se e consequentemente mantém o controlo sobre as coisas.⁶